



Modelo do IVA Dual do Canadá

66^a Reunião da COGEF



Canadá IVA Journey

OBJETIVO DA MISSÃO: Conhecer o modelo do IVA dual canadense

PERÍODO: 18, 19 e 20 de novembro de 2025

CIDADE: Ottawa – Canadá

REPRESENTANTES: 15 Estados brasileiros e o DF.

PARTICIPANTES: 28 membros



Contexto Federativo



**10º. Maior
PIB Nominal**
(Brasil: 11º)



US\$ 52 mil
PIB per capita
(Brasil: ~US\$ 15 mil).



**41,5 milhões
de habitantes**



**80% da
população vive em
áreas urbanas**



**2º. maior país
do mundo em
extensão de
área**



Setores fortes: energia (petróleo e gás, especialmente em Alberta), mineração, tecnologia, serviços financeiros e agricultura.



Comércio internacional: altamente integrado com os Estados Unidos, seu maior parceiro comercial.

Aspectos **Federativos**

O modelo federativo do Canadá é caracterizado por uma **ambivalência** entre centralização e autonomia.

Embora o governo federal detenha competências exclusivas em áreas como defesa e comércio internacional, as **províncias** possuem ampla autoridade legislativa e tributária em setores como educação, saúde e recursos naturais, conferindo às províncias inclusive **poder sobre a organização territorial** (definição das *municipalities*).

O Canadá possui aproximadamente 3.500 *municipalities* (cidades, vilas, aldeias e rural *municipalities* e regional *municipalities*)



Nível de Governo	Principais Impostos
Federal	Imposto de Renda (pessoas físicas e jurídicas)
	GST (Goods and Services Tax, 5%)
	Impostos sobre importação/exportação
	Impostos especiais (excise duties) sobre álcool, tabaco, combustíveis
Provincial	Imposto de Renda provincial
	Impostos sobre consumo: PST, QST ou HST (dependendo da província)
	Impostos sobre recursos naturais (royalties de petróleo, gás, mineração)
	Impostos sobre propriedade de veículos, seguros
Municipalities (Governo Local)	Imposto Predial (Property Tax)
	Taxas de serviços locais (água, coleta de lixo, transporte público)
	Impostos sobre ocupação de imóveis comerciais
	Taxas de licenciamento

Nível de Governo	Principais Impostos
Federal	Imposto de Renda (pessoas físicas e jurídicas)
	GST (Goods and Services Tax, 5%)
	Impostos sobre importação/exportação
	Impostos especiais (excise duties) sobre álcool, tabaco, combustíveis
Provincial	Imposto de Renda provincial
	Impostos sobre consumo: PST, QST ou HST (dependendo da província)
	Impostos sobre recursos naturais (royalties de petróleo, gás, mineração)
	Impostos sobre propriedade de veículos, seguros
Municipalities (Governo Local)	Imposto Predial (Property Tax)
	Taxas de serviços locais (água, coleta de lixo, transporte público)
	Impostos sobre ocupação de imóveis comerciais
	Taxas de licenciamento

Carga Tributária
34,78 %

Brasil (2024): 32,32%

Governo Federal

Tipo de Tributo	Total Arrecadado (em Bilhões CAD)	%
Imposto de Renda Pessoal	241	51%
Imposto de Renda Corporativo	90	19%
Impostos sobre Vendas e Consumo	84	18%
Outros	55	12%
Total	470	100%

Governos Provinciais e Locais

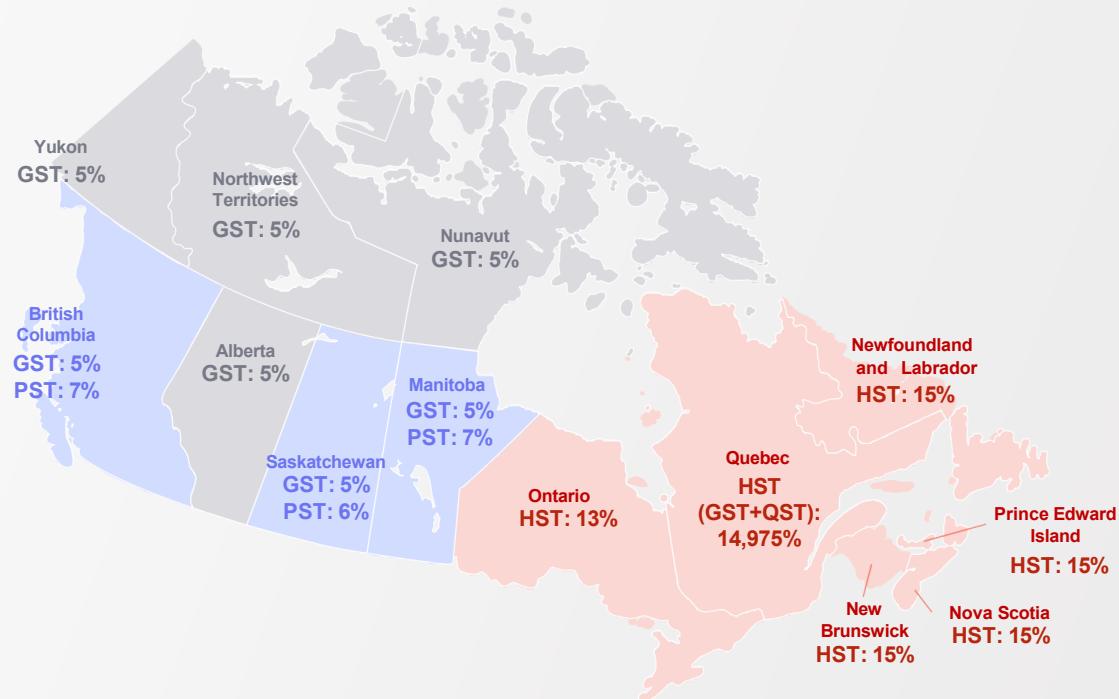
Tipo de Tributo	Total Arrecadado (em Bilhões CAD)	%
Imposto de Renda Pessoal	155	31%
Imposto de Renda Corporativo	53	11%
Impostos sobre Vendas e Produtos	136	28%
Impostos sobre Propriedade	74	15%
Outros	76	15%
Total	494	100%

Modelo do IVA DUAL

No IVA “dual” canadense, há um imposto federal (GST) de 5% sobre bens e serviços. Nas “províncias participantes”, soma-se um componente provincial de 8% ou 10%, formando o imposto harmonizado (HST) de 13% a 15%. Já as províncias não harmonizadas aplicam um imposto provincial (PST) de 6% a 7%, além do GST federal.

É o **governo federal** que arrecada e legisla sobre o HST. As províncias possuem a autonomia apenas para a definição das alíquotas e alteração no máximo 5% da base.

Governo Federal defende que esse modelo é o que gera **menor custos de conformidade para as empresas**



Modelo do **IVA DUAL**



Incidência do **MST**

(Manufacturers Sales Tax) com alíquota de 13.5%

Visto como injusto e ineficiente, o imposto penalizava setores industriais e encarecia exportações. Era cobrado na etapa de produção, gerava efeito cascata e permanecia pouco visível ao consumidor, já que não aparecia discriminado nas notas fiscais.



1989

Discussão federativa

Modelo do IVA DUAL



Implementação do imposto federal **GST** (Goods and Sales Taxes)

O GST passou a ser aplicado sobre bens e serviços em todas as fases da cadeia, com alíquota inicial de 7%. Esse modelo de IVA trouxe maior transparência, já que aparece discriminado nas notas fiscais, e eliminou o efeito cascata, permitindo créditos tributários.



1989

Discussão federativa

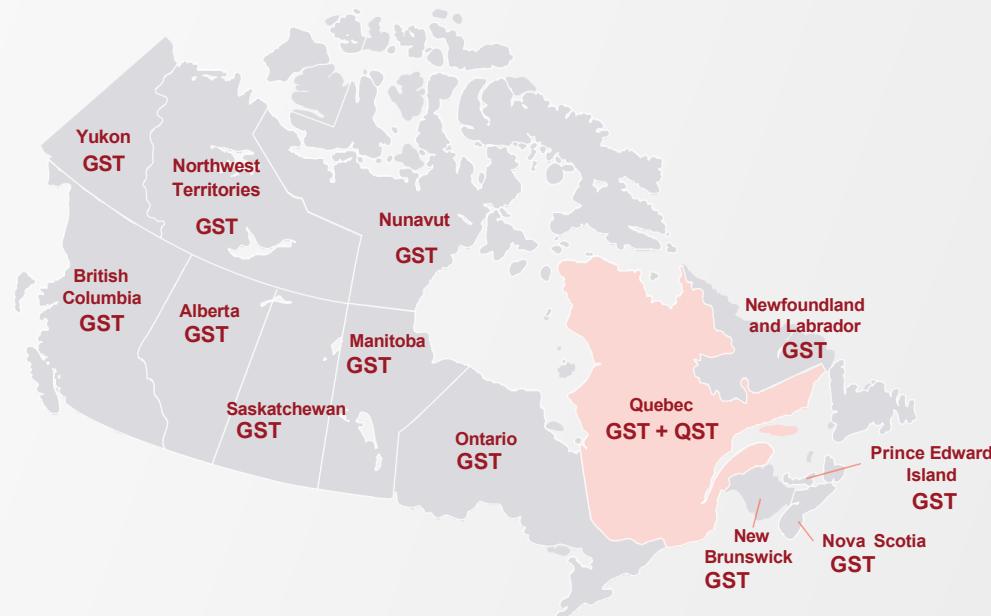
1991

Criação do GST

Modelo do IVA DUAL

Criado tendo por base no GST, o **QST** incide sobre bens e serviços em todas as etapas da cadeia e é administrado pela própria província, que também recolhe o GST em seu território.

Essa autonomia garante maior controle fiscal e adaptação às necessidades locais. Atualmente, a alíquota do QST é de 9,975%, aplicada junto ao GST de 5%, resultando em uma carga combinada próxima de 15% sobre consumo em Quebec.



Discussão federativa

Criação do GST

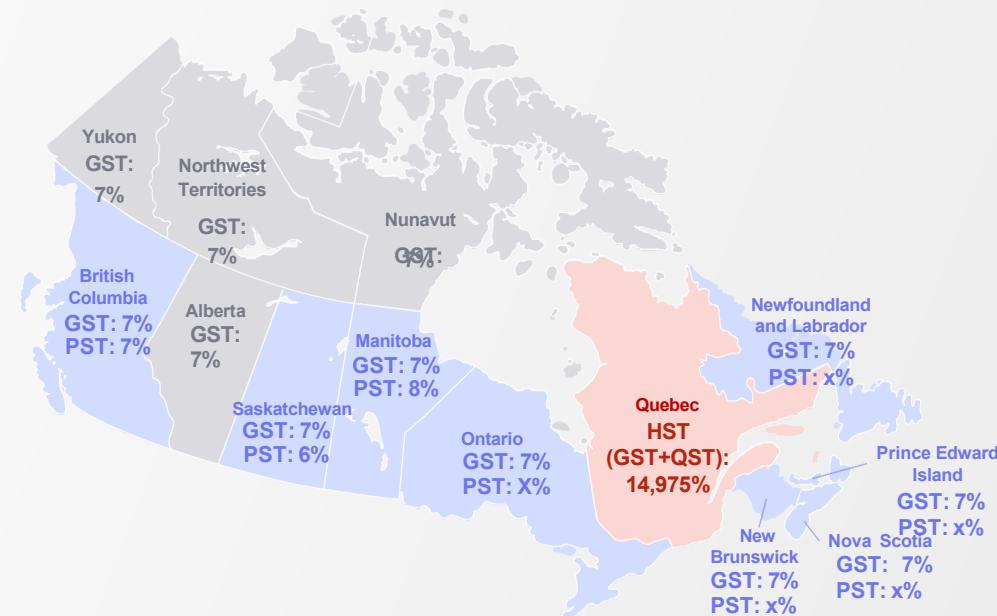
Acordo com o Quebec e
criação do QST

Modelo do IVA DUAL

Províncias que aplicam apenas o imposto federal GST (Goods and Sales Taxes)

Províncias que aplicam imposto federal GST e provincial PST (Provincial Sales Taxes) de forma não harmonizada

Províncias que aplicam o HST (Harmonized Sales Taxes), uma harmonização do GST e do PST



1989

1991

1992

Discussão federativa

Criação do GST

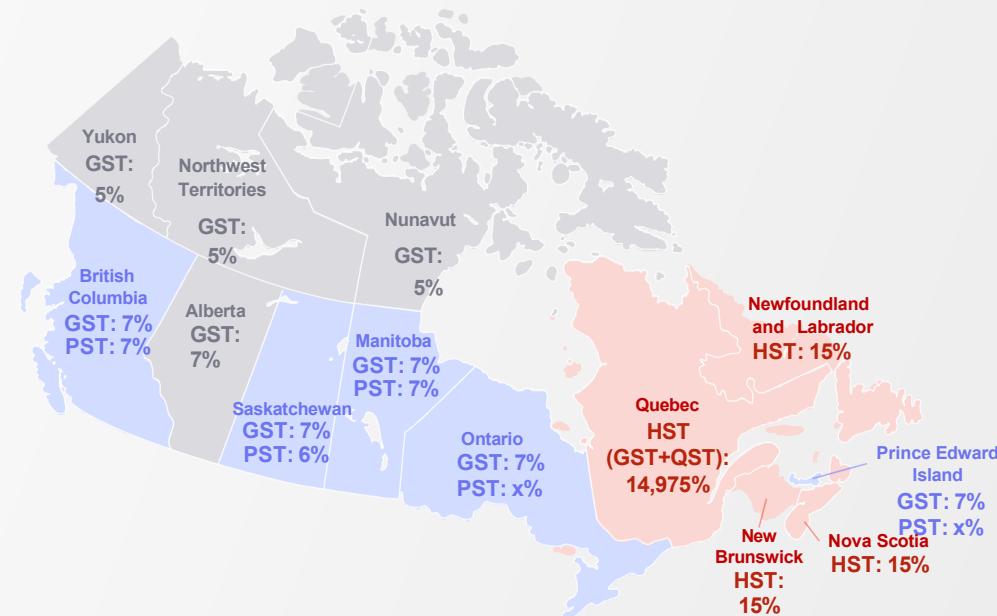
Acordo com o Quebec e
criação do QST

Modelo do IVA DUAL

Províncias que aplicam apenas o imposto federal GST (Goods and Sales Taxes)

Províncias que aplicam imposto federal GST e provincial PST (Provincial Sales Taxes) de forma não harmonizada

Províncias que aplicam o HST (Harmonized Sales Taxes), uma harmonização do GST e do PST



1989

1991

1992

1996

Discussão federativa

Criação do GST

Acordo com o Quebec e
criação do QST

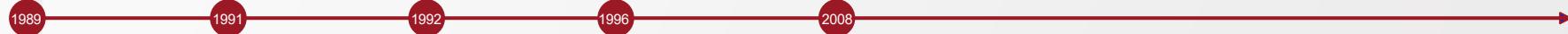
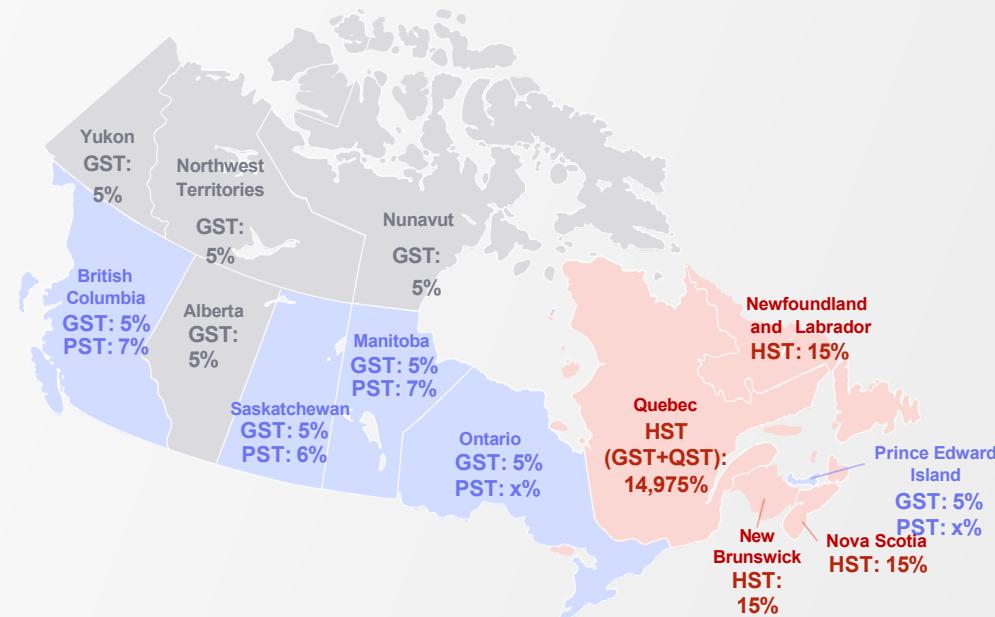
Scotia, Prince New Brunswick e
Newfoundland and Labrador) e
criação do HST

Modelo do IVA DUAL

Províncias que aplicam apenas o imposto federal GST (Goods and Sales Taxes)

Províncias que aplicam imposto federal GST e provincial PST (Provincial Sales Taxes) de forma não harmonizada

Províncias que aplicam o HST (Harmonized Sales Taxes), uma harmonização do GST e do PST



Discussão federativa

Criação do GST

Acordo com o Quebec e
criação do QST

Scotia, Prince New Brunswick e
Newfoundland and Labrador) e
criação do HST

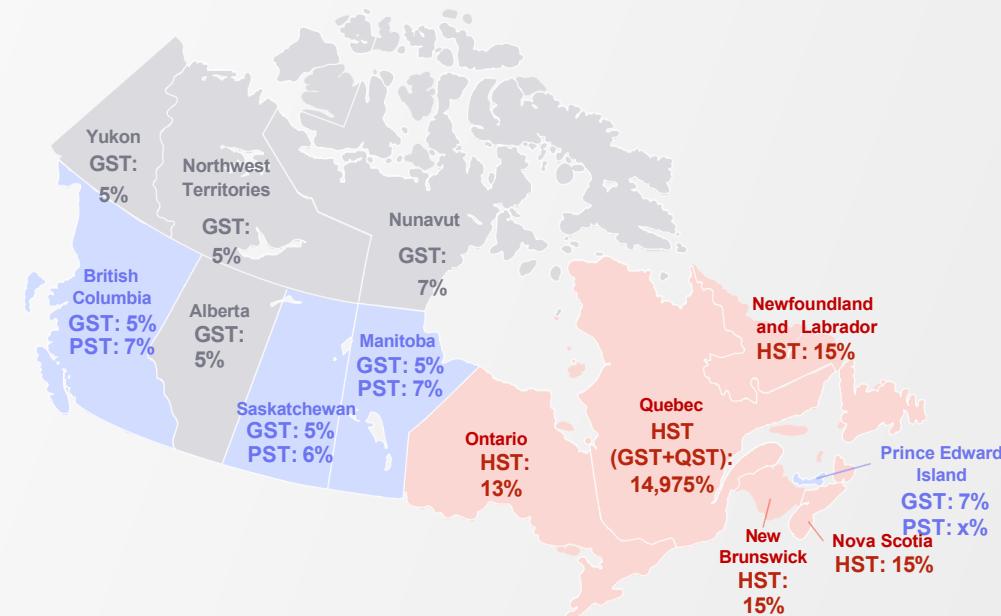
Redução da alíquota do
GST de 7% para 5%

Modelo do IVA DUAL

Províncias que aplicam apenas o imposto federal GST (Goods and Sales Taxes)

Províncias que aplicam imposto federal GST e provincial PST (Provincial Sales Taxes) de forma não harmonizada

Províncias que aplicam o HST (Harmonized Sales Taxes), uma harmonização do GST e do PST



Timeline of the evolution of the dual VAT system:

- 1989: Discussão federativa
- 1991: Criação do GST
- 1992: Acordo com o Quebec e criação do QST
- 1996: Scotia, Prince New Brunswick e Newfoundland and Labrador) e criação do HST
- 2008: Redução da alíquota do GST de 7% para 5%
- 2009: Adesão de Ontario ao HST

Discussão federativa

Criação do GST

Acordo com o Quebec e
criação do QST

Scotia, Prince New Brunswick e
Newfoundland and Labrador) e
criação do HST

Redução da alíquota do
GST de 7% para 5%

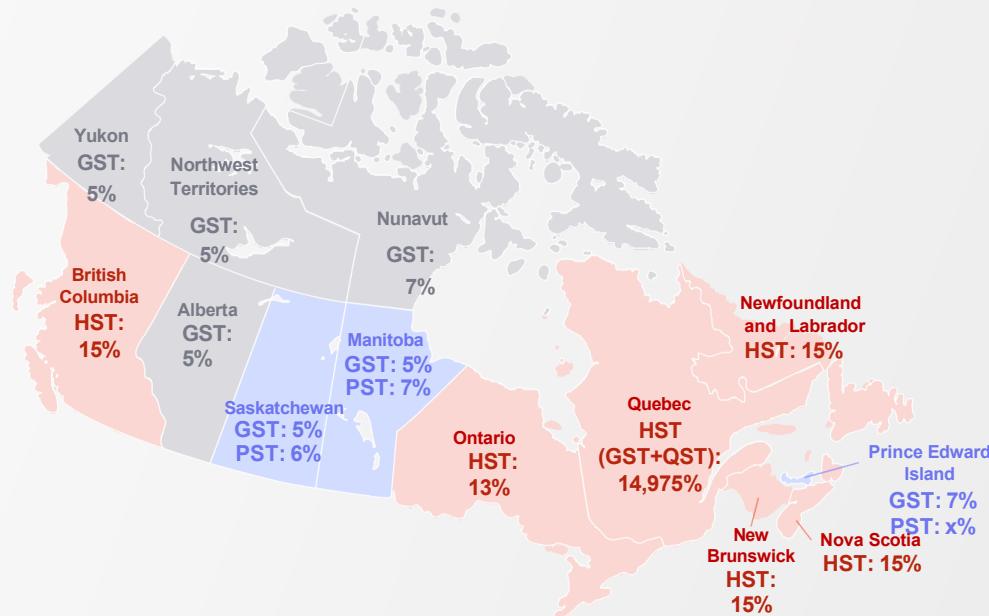
Adesão de Ontario
ao HST

Modelo do IVA DUAL

Províncias que aplicam apenas o imposto federal GST (Goods and Sales Taxes)

Províncias que aplicam imposto federal GST e provincial PST (Provincial Sales Taxes) de forma não harmonizada

Províncias que aplicam o HST (Harmonized Sales Taxes), uma harmonização do GST e do PST

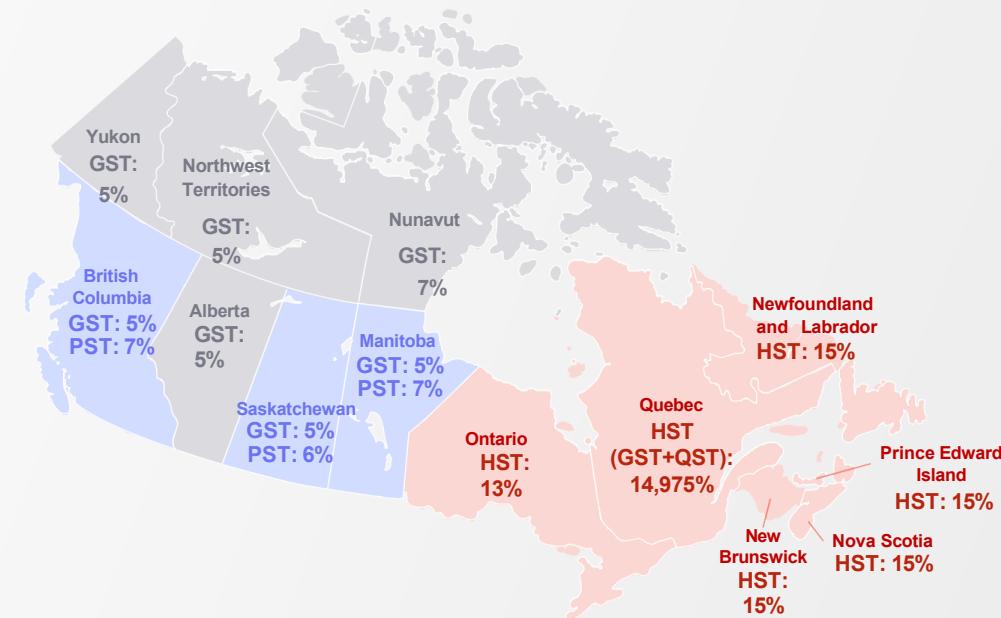


Modelo do IVA DUAL

Províncias que aplicam apenas o imposto federal GST (Goods and Sales Taxes)

Províncias que aplicam imposto federal GST e provincial PST (Provincial Sales Taxes) de forma não harmonizada

Províncias que aplicam o HST (Harmonized Sales Taxes), uma harmonização do GST e do PST



1989	Discussão federativa
1991	Criação do GST
1992	Acordo com o Quebec e criação do QST
1996	Scotia, Prince New Brunswick e Newfoundland and Labrador) e criação do HST
2008	Redução da alíquota do GST de 7% para 5%
2009	Adesão de Ontario ao HST
2009	Adesão de British Columbia ao HST
2013	Adesão de Prince Edward Island ao HST e saída de British Columbia

Distribuição das **Receitas do HST**



A distribuição dos recursos é feita **por estimativa** e utiliza uma fórmula econômica, baseada principalmente em dados do Statistics Canada, com insumos da Canada Revenue Agency e do Departamento de Finanças para projeções.

1. Toda receita vai para um único “pool”
2. A participação de cada província é estimada pelo consumo final e distribuída

Bases tributárias para medir as atividades econômicas tributáveis em cada jurisdição



Consumo Final



Instituições Financeiras



Setor Público



Empresas



Habitacional

Estimado com base nas **Tabelas de Oferta e Utilização do Sistema de Contas Nacionais**, complementadas por dados administrativos e pelo plano de referência tributário

Principais Semelhanças entre o **IVA Brasileiro** e o **IVA Canadense**

IVA Canadense



O governo federal arrecada o GST federal, bem como o HST nas províncias participantes (exceto o GST/HST devido por empresas registradas em Quebec).

A Província de Quebec arrecada todo o GST/HST devido por empresas registradas em Quebec, além do QST.

As províncias que não aderiram ao HST, mantêm a sua competência para a arrecadação do PST.

As receitas do HST são distribuídas às províncias participantes do HST conforme uma fórmula de alocação.

IVA brasileiro



O governo federal arrecada a CBS federal.

O Comitê Gestor do IBS centralizará a arrecadação do IBS para Estados e Municípios.

IVA Canadense

O GST/HST (e o QST em Quebec) são cobrados de acordo com o princípio do destino.

Regras de local de tributação, alinhadas ao princípio do destino, determinam o local de consumo e a alíquota aplicável.

IVA brasileiro

Aplicação do IBS subnacional com base no destino para operações interestaduais e intermunicipais.

As regras de local de tributação, em conformidade com o princípio do destino, são definidas em Lei Complementar. Essas regras são necessárias para que as empresas determinem a alíquota aplicável do IBS (isto é, a do Estado e do Município de destino) e para a distribuição da receita do IBS aos Estados e Municípios de destino.

IVA Canadense

O Comitê Federal-Provincial de Revisão de Política Tributária (Tax Policy Review Committee – TPRC) foi estabelecido no âmbito dos CITCAs entre o governo federal e as províncias participantes do HST. Ele é composto por representantes do governo federal e das cinco províncias do HST.

O papel do Comitê é revisar questões relacionadas à legislação que rege o imposto harmonizado sobre vendas, incluindo a base tributária comum, alíquotas e a estrutura tributária comum.

No caso de Quebec, foi criado o Comitê de Harmonização Tributária (Tax Harmonization Committee) para tratar de questões relacionadas ao GST/HST e ao QST, incluindo a base tributária harmonizada e parâmetros administrativos, definicionais e estruturais.

IVA brasileiro

O Comitê Gestor do IBS foi introduzido na Constituição Federal como uma entidade independente composta por representantes dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

Suas principais responsabilidades serão regulamentar, administrar e arrecadar o IBS, além de distribuir as receitas do IBS aos Estados e Municípios.

IVA Canadense

A base tributária do GST/HST é definida por legislação federal e coordenada com as províncias participantes do HST por meio dos CITCAs (Acordos Abrangentes de Coordenação Tributária).

Na Província de Quebec, a base tributária do QST é definida pelo governo provincial. Ela é alinhada com a base federal conforme o CITCA entre a província e o governo federal.

As bases tributárias são amplamente harmonizadas, com apenas exceções limitadas, pois os CITCAs concedem certa flexibilidade de política tributária às províncias — como o direito de aplicar devoluções (*rebates*) sobre o componente provincial do HST (no caso das províncias do HST) ou de excluir um bem ou serviço da base do QST (no caso de Quebec).

IVA brasileiro

A CBS e o IBS incidirão sobre uma base tributária uniforme, prevista na Constituição Federal brasileira e detalhada em legislação complementar comum e uniforme.

IVA Canadense



Existe direito ao crédito de imposto sobre insumos para o GST/HST e o QST, sujeito às condições e limitações normais.

Como o GST/HST é cobrado como um único tributo sob legislação federal, os créditos de imposto sobre insumos aplicam-se automaticamente a ambos os componentes — o federal e o provincial — do HST.

Não há compensação cruzada de créditos e débitos entre o GST/HST e o QST, pois são tributos instituídos por legislações distintas.

Nas províncias que cobram o PST, as empresas **não** podem recuperar o imposto pago sobre insumos. Isso é uma das razões pelas quais o PST é considerado menos eficiente economicamente, pois gera o chamado efeito cascata (o imposto se acumula ao longo da cadeia produtiva).

IVA brasileiro



Existe direito ao crédito de imposto sobre insumos tanto para a CBS quanto para o IBS, sujeito às condições e limitações normais.

Como o IBS foi concebido e será aplicado como um único tributo, as empresas poderão compensar créditos de IBS com quaisquer débitos de IBS que possuam.

Não será possível a compensação cruzada de créditos e débitos entre CBS e IBS.

IVA Canadense

O GST/HST se aplica a produtos e serviços digitais fornecidos por não residentes a consumidores canadenses. Fornecedores estrangeiros devem se registrar em sistema simplificado para recolher o imposto. O modelo funciona como um IVA, permitindo crédito sobre insumos tributados. Abrange streaming, apps, e-books, jogos online e serviços tradicionais como jurídicos e contábeis. Desde 2017, plataformas de hospedagem e compartilhamento de carros também estão sujeitas ao GST/HST.

IVA brasileiro

A CBS e o IBS incidem sobre operações digitais, inclusive transfronteiriças, com regras específicas para não residentes. Fornecedores estrangeiros devem se registrar para recolher os tributos, com sistema simplificado previsto. O modelo é baseado no valor agregado, permitindo crédito sobre insumos tributados, inclusive digitais. Abrange serviços como streaming, apps, e-books, jogos, serviços profissionais e plataformas digitais, incluindo transporte e hospedagem.

IVA Canadense

As auditorias do GST/HST são realizadas pelo governo federal (Canada Revenue Agency) para todas as empresas, exceto aquelas registradas em Quebec. Estas últimas são auditadas quanto ao GST/HST pela Província de Quebec (Revenu Québec).

As auditorias do QST são realizadas pela própria Província de Quebec (Revenu Québec).

A fiscalização concentra-se principalmente na restituição de créditos ao contribuinte e no controle do limite de “pequenos contribuintes” (30 mil dólares canadense).

IVA brasileiro

A fiscalização e o lançamento do IBS serão realizados pelas administrações tributárias dos Estados e Municípios, cada uma dentro de seus respectivos territórios, com papel de coordenação do Comitê Gestor do IBS.

A coordenação entre o nível federal para a CBS e o Comitê Gestor do IBS para o IBS ainda será definida.

IVA Canadense

O **Reverse Charge Mechanism (RCM)** transfere a obrigação de recolher e remeter o GST/HST do fornecedor para o destinatário da operação. O comprador autoavalia o imposto devido e o declara em sua própria apuração, podendo solicitar crédito fiscal no mesmo retorno. O objetivo é evitar fraudes como a “fraude carrossel”, em que o fornecedor cobra o imposto mas não o repassa. O Canadá já aplica RCM em setores específicos, como licenças de emissão e telecomunicações, e planeja expandir via regulamentação. A fiscalização canadense também se concentra nos créditos fiscais declarados pelo destinatário, já que o imposto devido é autodeclarado. O foco está em verificar se os créditos são legítimos e se o destinatário tem direito à compensação, especialmente em setores com risco elevado de fraude.

IVA brasileiro

O **Split Payment**, previsto na Lei Complementar nº 214/2025, conecta diretamente o pagamento à arrecadação dos tributos. O valor do imposto é retido no momento da transação e transferido automaticamente ao fisco, sem passar pelo fornecedor. Isso reduz o risco de inadimplência e fraude, especialmente em operações digitais e com alto risco fiscal. O modelo é digital, integrado ao sistema financeiro e fiscal, e permite rastreabilidade em tempo real. A fiscalização brasileira tende a se concentrar nos créditos fiscais solicitados pelos contribuintes, já que os débitos são recolhidos automaticamente via sistema. Isso muda o foco da auditoria para a validade e legitimidade dos créditos, reduzindo a necessidade de verificar se o imposto foi pago.

IVA Canadense

As disputas administrativas sobre GST/HST são decididas em nível federal, exceto aquelas envolvendo empresas registradas em Quebec, que são decididas pelo Revenu Québec.

Recursos contra decisões administrativas em disputas de GST/HST são julgados por tribunal federal, inclusive para empresas registradas em Quebec.

As disputas relativas ao QST são decididas pelo Revenu Québec e, em caso de recurso, pelo Tribunal de Quebec (Court of Québec).

Menos de 1.000 processos chegam ao Judiciário.

IVA brasileiro

A Constituição Federal determina que o Comitê Gestor do IBS será responsável por “decidir” as disputas administrativas relacionadas ao IBS.

A coordenação entre o nível federal (para a CBS) e o Comitê Gestor do IBS (para o IBS) ainda será definida no âmbito do PLP 108/24.

Considerações Finais

- 1.** O IVA canadense é, de forma geral, muito mais simples do que o modelo em construção no Brasil. O sistema é totalmente declaratório e não utiliza fatura eletrônica para apuração dos tributos.
- 2.** Apesar da simplicidade do modelo canadense, o desenho operacional do IVA brasileiro mostra-se mais avançado e adequado à realidade da América Latina, especialmente pelo uso da fatura eletrônica e do split de pagamento.
- 3.** Há diferenças significativas na estrutura federativa (nível de confiança entre o governo federal e as províncias, municípios não possuem competência sobre o IVA e outros).
- 4.** Segundo os representantes, o nível de sonegação é muito baixo, embora não haja estudos formais sobre o gap tributário.
- 5.** Há um risco na forma de apresentação dos preços ao consumidor: no Canadá, os valores não incluem o IVA. No Brasil, será essencial que as empresas apresentem o preço da mercadoria, os impostos e o valor total final.

OBRIGADO

André Martinez – Especialista Sênior de Gestão Fiscal do BID
andrema@iadb.org

Carlos Gonçalves – Especialista Sênior de Gestão Fiscal do BID
cgoncalves@iadb.org

Eli Sosinho Ribeiro – Subsecretário da Administração Tributária da SEFA Pará
sefacafe@sefa.pa.gov.br